

O Trabalho De Extensão Do Núcleo De Avaliação Institucional – FEUSP: Fundamentos Teóricos E Resultados

The Extension Work of the Institutional Evaluation Center - FEUSP: Theoretical Foundations and Results

RESUMO

Este trabalho apresenta os fundamentos teóricos e os principais resultados das atividades de extensão do Núcleo de Avaliação Institucional da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (NAI-FEUSP) em escolas públicas da cidade de São Paulo e região metropolitana. O Núcleo desenvolve projeto de formação continuada com foco na temática da *Avaliação Institucional Participativa e Negociada da Escola Pública*, incluindo também estagiários curriculares em seu projeto de formação-ação. A análise concentrou-se em dados – referenciais bibliográficos, conteúdo temático, participantes, convidados, etc.- de cursos de extensão, eventos, grupos de discussão e projetos de estágio curricular (integrados a projetos de extensão) que ocorreram entre 2013 e 2017, destacando alguns impactos significativos na vida institucional das escolas participantes.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Escola Pública. Extensão Universitária.

ABSTRACT

This paper presents the theoretical foundations and main results of the extension activities of the Institutional Evaluation Center of the School of Education of the University of São Paulo (NAI-FEUSP) in public schools in the city of São Paulo and in its metropolitan region. The Center develops a continuing education project focused on the subject of *Participatory and Negotiated Institutional Evaluation of the Public School*, also including curricular trainees in its training-action project. The analysis focused on bibliographic references, thematic content, participants, guests, and other documents of extension courses, events, discussion groups and curricular internship projects (integrated to extension projects) that took place between 2013 and 2017, highlighting some significant impacts on the institutional life of the participating schools.

Key-words: Institutional Evaluation. Public School. University Extension.

SONIA MARIA
PORTELLA KRUPPA,
LISETE REGINA GOMES
ARELARO E RENATO
MELO RIBEIRO

Universidade de São Paulo.
Faculdade de Educação, São
Paulo/SP, Brasil.

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Avaliação Institucional da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (NAI-FEUSP) articula formação continuada – por meio de cursos de extensão – com formação inicial – por meio de projetos de estágio curricular – com vista à promoção de processos de avaliação institucional participativa em escolas públicas. Atualmente, o projeto mobiliza gestores e professores de 18 escolas públicas no município de São Paulo e região metropolitana, oferecendo também, semestralmente, 35 (trinta e cinco) vagas de estágio curricular para licenciandos do Curso de Pedagogia e demais Licenciaturas da USP.

Este trabalho tem por objetivo apresentar os fundamentos teóricos e alguns resultados do trabalho de extensão desenvolvido pelo Núcleo de Avaliação Institucional da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (NAI-FEUSP) junto a escolas públicas municipais e estaduais do município de São Paulo e região metropolitana. Para a consecução de seu propósito, esta produção realiza três movimentos:

1. Em um primeiro momento, revisita a rede teórico-dialógica que fundamenta a perspectiva de avaliação educacional do Núcleo, sistematizando a trama conceitual de seu projeto formativo por meio de um organizador gráfico;
2. Em um segundo momento, apresentar os cursos de extensão realizados, com destaque para temas, conteúdos, número de participantes, salientando também impactos significativos das atividades de extensão do NAI-FEUSP na vida institucional de suas escolas parceiras.

Como material de análise foram consultados referenciais bibliográficos, ementas, memórias, produções de cursistas e outros dados (matrículas, frequência, etc.) de cursos de extensão, eventos, reuniões e atividades do Projeto de Formação Continuada e Estágio Curricular do NAI-FEUSP, em parte organizados nos arquivos do Projeto, mas também fornecidos pelo Serviço de Apoio Acadêmico da Faculdade de Educação da USP, responsável por apoiar as atividades de extensão na unidade.

A conexão com a sociedade é um grande desafio para a universidade pública e, sem dúvida, a educação básica representa um campo estratégico para as atividades de extensão universitária, quer seja por meio de formação continuada, quer seja pelo apoio/assessoramento dos coletivos escolares para efetivação de seus projetos pedagógicos. Acredita-se que esta sistematização reflexiva sobre o trabalho formativo desenvolvido pelo NAI-FEUSP tem potencial de contribuir com outros projetos de extensão - existentes ou que possam vir a existir – voltados para o desafio de aproximar a universidade e escola pública: uma integração indispensável para a construção de uma educação básica da melhor qualidade.

FUNDAMENTOS CRÍTICOS E TRAMA CONCEITUAL

Em nível internacional, os sistemas de avaliação foram implementados na qualidade

de dispositivo do Estado-avaliador de controle do currículo praticado nas escolas, de legitimação e indução das reformas educativas regulatórias da educação públicas, a partir da lógica do mercado, principalmente por meio da ascensão política da nova direita – uma aliança entre liberais e conservadores em oposição ao Estado de bem estar social. Num cenário de austeridade crescente, os testes padronizados foram vistos como instrumentos de melhoria da produtividade dos sistemas educativos e, por consequência, da competitividade das economias nacionais. As avaliações em larga escala garantiriam a um só tempo a fixação de padrões curriculares e o desenvolvimento de programas de *accountability*, como forma de responsabilização das escolas e dos professores pelos resultados educativos [1].

No Brasil, o movimento Todos pela Educação, cuja assembleia das organizações componentes é presidida por Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, “tem coordenado a ação dos empresários no campo da educação” [2], com forte influência em governos municipais, estaduais, e mesmo no governo federal. Por meio desse movimento, “uma rede de institutos e fundações privadas se desenvolve no país, apoiando experiências e iniciativas coerentes com esta plataforma” [2].

As políticas hegemônicas de avaliação externa e em larga escala estão ancoradas em um “neotecnicismo” que articula três categorias: responsabilização, meritocracia e privatização [2]. A articulação da responsabilização, com meritocracia e privatização tem trazidos consequências à educação pública, a exemplo do estreitamento curricular e do apostilamento das redes públicas; acirramento da competição entre escolas e profissionais; fortalecimento da tendência de exclusão dos alunos com dificuldades de aprendizagem para não comprometer o desempenho do estabelecimento; aumento da segregação entre escolas; desmoralização dos professores; e outras consequências negativas [2].

Da mesma forma que Saul [3], o Núcleo entende que as mensurações das provas externas estabelecem hierarquias institucionais de excelência sem levar em consideração os contextos de exclusão, injustiça e violência que caracterizam a maioria das escolas públicas brasileiras. Do ponto de vista curricular, exige-se dos estudantes o domínio passivo de conhecimentos básicos prontos, sem a devida leitura crítica do mundo com vistas a transformá-lo. Trata-se de um sistema de controle dos processos e produtos educacionais, que responsabiliza os professores e a escola, desresponsabilizando o Estado e os formuladores das políticas públicas.

A avaliação negociada recusa categoricamente a ingerência nos sistemas educativos e das escolas em nome de uma lógica de mercado na educação pública. A resistência ao PISA, por exemplo, é parte de uma luta mais ampla contra às políticas neoliberais estimuladas por organismos multilaterais (Banco Mundial, por exemplo), corporações privadas e a grande mídia, com vistas à privatização (em maior ou menor grau) da educação pública, transformada em mercadoria padronizada a ser oferecida a estudantes de qualquer parte do mundo, desprezando diferenças culturais - educação que passa a ser avaliada/normalizada por uma única métrica. Subjaz a disputa da avaliação, uma resistência ao currículo utilitarista da formação centrada em competências básicas [4].

Os coletivos escolares resistem com razão aos padrões de qualidade (*standards*

– expectativas de aprendizagem mensuráveis por testes em larga escala) impostos de cima para baixo, típico das políticas educacionais neoliberais [5]. Mas “as mudanças não poderão ser exportadas desde um ponto central difusor. É fundamental mobilizar e motivar cada escola para que ela *construa o seu caminho de melhoria*” [5].

Para Terrasêca [6], as avaliações externas geram resistência e não apresentam impactos significativos “na qualidade do serviço educativo prestado, na qualidade das aprendizagens realizadas ou mesmo nos modos de trabalho dos profissionais da educação”. A autora aponta o efeito da inércia na cultura escolar, o sentimento de parcial “desresponsabilização” dos professores pelos resultados aferidos, e a insatisfação com a exposição pública da escola [6].

Em contraposição aos sistemas de avaliação externa, surgem propostas defendendo a autoavaliação da escola, como um modelo alternativo de responsabilização [1]. Trata-se de formatos avaliativos que desestabilizam a cultura avaliativa dominante, confrontando “as lógicas hegemônicas no campo da avaliação externa” [7]. Esses formatos de autoavaliação “tendem a se mostrar mais exitosos, [...] fazendo recuar os processos de responsabilização vertical e autoritários, praticados pelas políticas vigentes de regulação de qualidade da escola”. [8].

Para Bondioli [9], “a qualidade não é um dado de fato, não é um valor absoluto” e precisa ser negociada “entre os indivíduos e grupos que têm interesse em relação à rede educativa”. Portanto, os indicadores de qualidade são “sinalizações, linhas que indicam um percurso possível de realizações de objetivos compartilhados”, onde cada um contribui “de acordo com o próprio nível de responsabilidade” [9]. Na definição de Freitas [5], “os indicadores têm de ser uma construção social que se legitima e se desenvolve no interior da instituição escolar e têm seu lugar natural no curso da avaliação institucional”.

Uma concepção sobre a mudança escolar: ela não poderia ser fomentada desde um centro pensante e técnico até a ponta do sistema. A mudança não é produto de um centro difusor, bastando persuadir os atores locais, mas “uma construção local apoiada” [5] a partir de um desafio que deve ser feito a cada escola: pautar suas demandas por condições de trabalho aos órgãos centrais ao mesmo tempo em que se compromete em repassar aos seus alunos os benefícios das condições de trabalho adicionais [5]: “este é o sentido da qualidade negociada”.

Uma autoavaliação possibilita a “tomada de consciência da distância a percorrer entre a realidade existente e a realidade desejada” [8], tomando como ponto de partida o “projeto pedagógico da instituição” [10], estabelecendo a titularidade dos atores locais nos processos avaliativos e na definição da qualidade educativa. Como afirmou Azanha:

A realidade de cada escola – não buscada por meio de inúteis e pretensiosas tentativas de diagnóstico – mas tal como é sentida e vivenciada por alunos, pais e professores, é o único ponto de partida para um real e adequado esforço de melhoria. [11]

Processos de avaliação alternativos também geram demandas ao poder público, já que a qualidade educativa depende do “investimento concreto nas condições objetivas que sustentam a organização do trabalho escolar” [8]. Segundo Freitas [5], o pacto de qualidade estabelecido implica em múltiplas responsabilidades: “da escola

para com os estudantes; da escola consigo mesma; da escola com os gestores do sistema escolar; e dos gestores do sistema para com a escola”. É na tensão entre as políticas públicas centrais e as necessidades dos projetos locais de cada escola que se constrói a qualidade educativa.

Dessa forma, a autoavaliação é um importante meio para exercer a “contrarregulação quando o serviço público sofre a ação predatória das políticas públicas neoliberais e conservadoras” [8]. Porém, essa contrarregulação constitui uma “resistência propositiva”, que procura avançar sempre que possível na qualidade do serviço educacional prestado à população.

Contrarregulação é resistência propositiva que cria compromissos ancorados na comunidade mais avançada da escola (interna e externa), com vistas a que o serviço público se articule com seus usuários para, quando necessário, resistir a regulação (contrarregulação) e, quando possível, avançar tanto na sua organização como na prestação de serviços da melhor qualidade possível (justamente para os que tem mais necessidade), tendo como norte a convocação de todos para o processo de transformação social. [5]

A qualidade negociada também se faz com a exigência de contrapartida dos profissionais da escola, inclusive pressionando “os eventuais servidores públicos lenientes” para o cumprimento de função social [5]. Para garantir o direito de aprendizagem das crianças, faz-se necessário enfrentar as resistências dos coletivos que não desejam mudar ou das instituições que se recusam a aprender [12].

Como referência metodológica, o NAI-FEUSP vem discutindo dois formatos de autoavaliação: PAVE – Perfil de Autoavaliação da Escola [13], utilizado em escolas públicas europeias; e o INDIQUE – Indicadores da Qualidade na Educação [14], utilizado em escolas públicas brasileiras, que foi desenvolvido com a colaboração de ONGs, organismos internacionais, secretarias de educação e comunidades escolares.

Outrossim, a rede municipal de Campinas inaugura uma importante referência de processos de avaliação interna conduzidos por Comissões Próprias de Avaliação (CPA), a partir de 2008. De acordo com Souza e Andrade [15], a avaliação institucional no município só foi possível devido a dois fatores: 1. O longo processo de estabelecimento, por parte do poder público local, de condições para sua implementação, o que inclui tempos e espaços coletivos, autonomia pedagógica e formação continuada; 2. A imprescindível assessoria do Laboratório de Observação da Educação – LOED, da Faculdade de Educação da Unicamp [4]. Desde o seu início, o NAI-FEUSP mantém um diálogo estreito com os pesquisadores a frente da experiência de Campinas, mas sempre na perspectiva de não oferecer modelos ou fórmulas, ou seja, apoiando o movimento autônomo de cada escola na construção do seu próprio caminho autoavaliativo.

A Figura 1 abaixo traz as principais categorias que estruturam o projeto de formação-ação do NAI-FEUSP na forma de um organizador gráfico de conceitos ou mapa conceitual. Para cumprir o objetivo estratégico expresso no slogan “Avaliar com todos para mudar a escola”, três categorias estruturantes interconectam-se:

a) *Intercâmbio institucional* – a relação escola-escola e escola-universidade possibilita a socialização de procedimentos e práticas exitosas, a discussão de problemas comuns e específicos, materializando a rede institucional de formação e intervenção mediada pela universidade, [16].

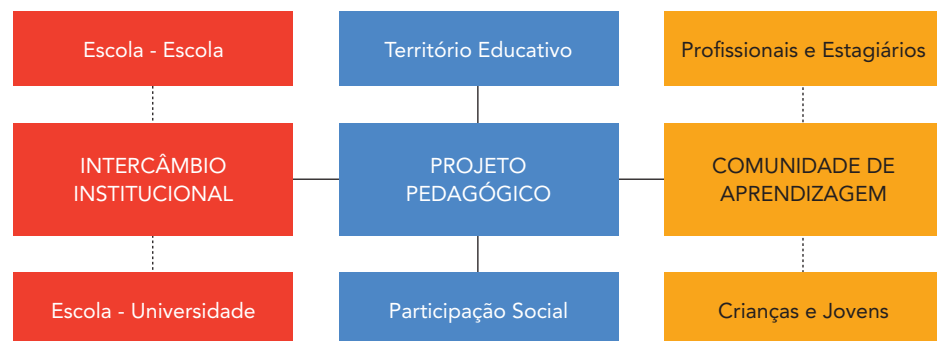
b) *Projeto Pedagógico* – o projeto próprio de cada escola é o ponto de partida e o ponto de chegada do processo de avaliação institucional negociada proposto pelo NAI-FEUSP, articulado com dois eixos norteadores: 1. a participação social da comunidade interna e externa da escola na definição das metas de qualidade e na transformação das instituições educativas; 2. o conhecimento, e a problematização do território educativo, como forma de construir um currículo significativo e garantir a relevância social da escola para uma dada comunidade.

c) *Comunidade de aprendizagem* - o NAI-FEUSP aposta na construção de uma comunidade de aprendizagem que enrede em seu diálogo formativo, direta ou indiretamente, não somente os *profissionais* da rede pública e *estagiários* da USP, mas também as *crianças* e *jovens* da escola pública, que precisam ser ouvidas nos processos de avaliação como condição necessária da qualidade escolar.

Figura 1 – Mapa conceitual do percurso formativo do NAI-FEUSP. Fonte: elaborado pelos autores.

Núcleo de Avaliação Institucional – FEUSP

"Avaliar com todos para mudar a escola"



ATIVIDADES DE EXTENSÃO E RESULTADOS

A formação de um grupo de referência em avaliação institucional na FEUSP tem origem no Curso de Extensão “Avaliação Negociada – uma proposta de avaliação qualitativa”, desenvolvido de maio a junho/2013, com a participação de escolas públicas do Programa de Formação de Professores da FEUSP. Na ocasião, os 32 participantes do Curso discutiram os sentidos da avaliação, a relação entre avaliação e políticas

educacionais e a transformação das culturas de avaliação dominantes na escola pública. Essas discussões foram aprofundadas no “I Seminário Internacional de Avaliação - a avaliação em questão no contexto mundial contemporâneo”, realizado em outubro de 2013. Tais ações ocorreram como parte de um projeto internacional de pesquisa: “Avaliação e Políticas Públicas de educação Básica: um estudo comparativo de escolas nas cidades de São Paulo e do Porto (Portugal)” - (ELC75VZS – UP e nº 2011-25 – USP) - realizado junto à Universidade do Porto (Faculdade de Ciências e Psicologia da Educação) e FE-UNICAMP (2011- 2016), com apoio da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional (AUCANI/USP).

Ao longo de dois anos (2014-2015), cerca de 12 profissionais (gestores e professores) de cinco escolas públicas reuniram-se mensalmente na forma de grupo de estudo/discussão, mas também para a socialização de experiência, em encontros na FEUSP ou nas escolas parceiras (reuniões itinerantes). Nesse período, houve um acúmulo teórico-prático em relação a dimensões e indicadores para uma avaliação qualitativa e negociada da escola pública, abordando aspectos como: 1. A relação da escola com órgãos intermediários e centrais de gestão; 2. As relações internas entre os profissionais da escola, especialmente, entre a direção e coordenação pedagógica e os professores; 3. A organização e participação dos estudantes na gestão escolar; 4. A relação da escola com as famílias e comunidade; 5. A questão arquitetônica das escolas - as grades, os muros, o isolamento escolar e suas implicações para a convivência; 6. O impacto das novas tecnologias nas novas gerações – a distância entre professores e estudantes na capacidade de absorção e de uso das novas tecnologias; entre outros.

Em 2015, e em paralelo as reuniões mensais, o Núcleo envolveu-se com três eventos bastante relevantes para o avanço de seu projeto formativo: a) a participação organizada no Seminário “A produção de saberes no campo da avaliação institucional: alianças institucionais regidas pela contrarregulação”, promovido pelo Laboratório de Estudos Descritivos (Loed), Faculdade de Educação – Unicamp, em 19 de maio de 2015; b) a organização do Seminário “As escolas portuguesas frente à avaliação no contexto atual”, ministrado pela pesquisadora portuguesa Manuela Terrasêca [6], em 23 de junho de 2015, na FEUSP; c) a organização do evento “A escola no território: CulturaEduca e Programa de Formação de Professores – FEUSP”, em 10 setembro de 2015, com a participação do Instituto Lidas, que promoveu uma roda de conversa sobre o Portal CulturaEduca : uma ferramenta de georreferenciamento e mapeamento colaborativo do território/entorno de escolas.

O avanço dos saberes avaliativos da rede de profissionais do Núcleo depois de dois anos e meio de encontros regulares, o repertório construído na interação com os parceiros da Unicamp, da Universidade do Porto e mais recentemente do Instituto Lidas, bem como a maior proximidade institucional com as Comissões Coordenadoras de Curso (CoC-Pedagogia e CoC-Licenciaturas) e o Programa de Formação de Professores da FEUSP, possibilitaram ao NAI-FEUSP um passo à frente no seu projeto formativo. No início de 2016, dois dispositivos passaram a caracterizar o trabalho de extensão com as escolas públicas parceiras: 1. A utilização de cursos de extensão como um dispositivo permanente, com maior duração e como parte da formação continuada dos profissionais da rede pública participantes do NAI; 2. A inclusão

de estagiários curriculares da FEUSP nas atividades de extensão do Núcleo.

Em 2016, o NAI-FEUSP organizou o Curso de Atualização “Avaliação Institucional - a ação dos profissionais da escola” (carga horária de 100 horas), que aconteceu de maio a dezembro, com a participação de 24 profissionais da rede pública. De forma integrada, aconteceu o Curso de Difusão “Avaliação Institucional - a participação da comunidade” (carga horária de 30h), de maio a junho, que acolheu 9 representantes da comunidade não-docente das escolas (pais e alunos). No primeiro semestre, discutiram a temática da gestão escolar, com foco na revitalização de espaços democráticos como o conselho de escola e o grêmio estudantil. No segundo semestre, o Projeto Político Pedagógico (PPP) foi tematizado, principalmente por meio da análise comparada dos PPP’s das escolas participantes.

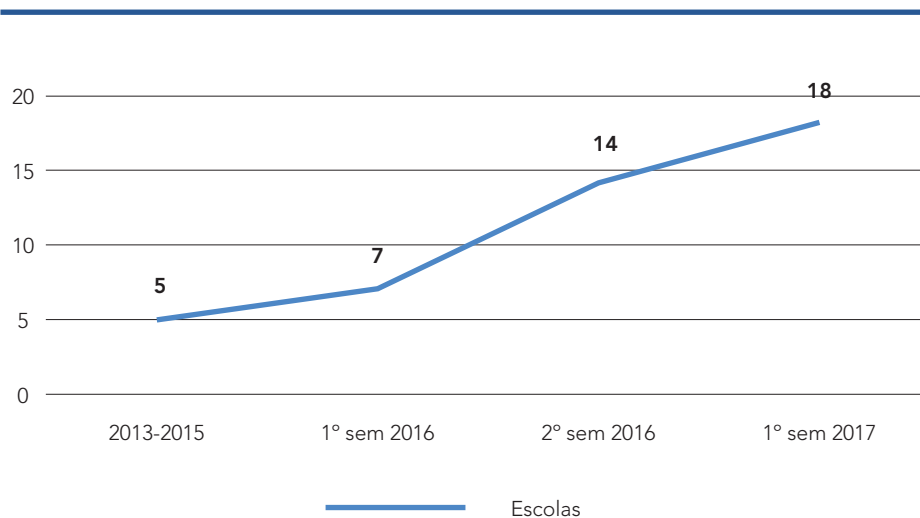
Em dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, o NAI-FEUSP realizou o Curso de Difusão (12 horas) “Avaliação Institucional Negociada, Currículo e Qualidade Social da Escola Pública”, com a participação de 44 profissionais da rede. O primeiro encontro propiciou a apresentação de trabalhos de avaliação institucional desenvolvidos pelas escolas participantes ao longo de 2016. O segundo encontro debateu a avaliação na Educação Infantil, contando com a participação de Sonia Larrubia Valverde – coordenadora da Divisão de Orientação Técnica Educação Infantil da Secretaria Municipal de São Paulo (2013-2016) – e Maria Leticia Barros Pedroso Nascimento, docente da FEUSP e especialista em Sociologia da Infância. Por sua vez, o terceiro encontro discutiu o tema “Avaliação e Currículo”, contando com a participação da especialista Ana Maria Saul, docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

No primeiro semestre de 2017, e em parceria com o Instituto Lidas[17], o Núcleo realizou o Curso de Difusão (30 horas) “Avaliação Institucional - o território escolar”, com a participação de 43 profissionais da rede pública. Com a participação especial de Inaê Batistoni e Silva, presidente do Instituto Lidas[17], o curso propiciou uma reflexão sobre as potencialidades pedagógicas do Portal CulturaEduca para o conhecimento, inserção e problematização que a escola tem/faz de seu território/entorno. Ao longo do curso, foram abordados tópicos como a metodologia e tecnologia utilizadas na base de dados do portal, o perfil territorial das escolas participantes a partir de dados dos censos demográficos e escolar, o cadastramento da escola e de suas instituições parceiras no território; a relação entre território e currículo escolar.

O princípio da porta aberta a profissionais da rede pública orienta as ações do Núcleo, que, por essa via, aproximou-se das escolas públicas coformadoras de licenciandos da FEUSP, no âmbito do Programa de Formação de Professores. Sem dúvida, a manutenção desse conjunto de ações foi responsável pelo aumento de escolas com profissionais participantes do Núcleo, cujo número saltou de 5 (em 2013-2015) para 18 (1º semestre de 2017). Nesse processo, merece destaque a colaboração de educadores e monitores do referido Programa. A evolução do número de escolas parceiras está ilustrada no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Número de escolas públicas participantes do NAI-FEUSP (2013-2017).

Fonte: elaboração dos autores a partir dos registros do NAI-FEUSP.



No Quadro 1 abaixo, elencamos as 18 escolas públicas que participam do NAI-FEUSP. Além das escolas, participa a Secretaria Municipal de Educação de Cotia (São Paulo). A rede do Núcleo conta com escolas da cidade de São Paulo (12) e da região metropolitana (2 de Cotia e 4 de São Bernardo do Campo). No total, há 17 escolas municipais e 1 escola da rede estadual. Na cidade de São Paulo, há escolas de praticamente todas as regiões, com destaque para as zonas Oeste (5 escolas) e Leste (4 escolas). Em relação às etapas de ensino, há 6 escolas com Educação Infantil, 14 com Ensino Fundamental e 1 com Ensino Médio. A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) está presente em 4 escolas do projeto. Para além da riqueza da troca de experiências entre instituições de redes, regiões e atendimentos distintos, a amplitude pedagógica e territorial desse quadro de escolas favorece os estagiários curriculares, por contemplar necessidades logísticas (localização dos campos de estágio) e interesses temáticos (Educação Infantil, EJA, etc.) diversos.

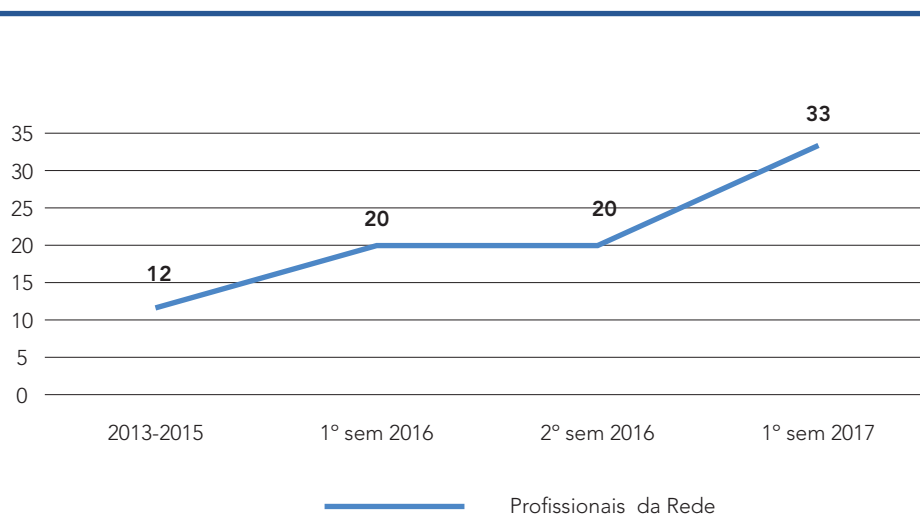
Tabela 1 – Quadro de escolas/instituições que participam do NAI-FEUSP (junho de 2017). Fonte: elaboração dos autores a partir da Lista de Escolas do NAI-FEUSP.

LOCALIZAÇÃO	SIGLA	ESCOLA / INSTITUIÇÃO
Zola Leste	CEI	Adelaide Teresa Lopes Cimori, Profa.
Zola Oeste	EMEF	Amorim Lima, Des.
Zola Leste	EMEF	Armando Cridey Righetti

LOCALIZAÇÃO	SIGLA	ESCOLA / INSTITUIÇÃO
Zola Oeste	EMEF	Brasil Japão
São Bernardo do Campo	EMEB	Caetano de Campos
Zola Oeste	EMEI	Carolina Maria de Jesus
Zola Oeste	EMEF	César Arruda Castanho, Dep. (CEU Uirapuru)
Zola Sul	EE	Clóvis de Oliveira, Prof. Dr.
Zola Oeste	EMEF	Enzo Antonio Solvestrin
Zola Leste	EMEI	Epitácio Pessoa
São Bernardo do Campo	EMEB	Florestan Fernandes
Cotia	EM	Francisco Nunes de Oliveira
Zona Norte	EMEF	Infante Dom Henrique
Zona Leste	CEI	Jacarandá
São Bernardo do Campo	EMEB	Janete Mally Betti Simões
Cotia	EM	Recanto Vista Alegre
Zona Sul	EMEF	Socrates Brasileiro, Dr.
São Bernardo do Campo	EMEB	Vicente Zammitte Mammana
Cotia	SME	Cotia

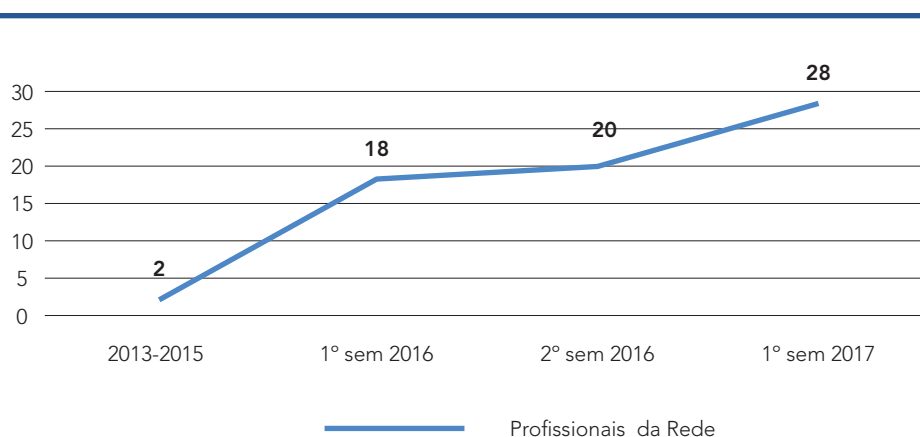
Favorecido pela ampliação das escolas parceiras, cresceu também o número de profissionais – gestores e professores – da rede pública que frequentam com regularidade as atividades extensão do NAI-FEUSP com caráter de continuidade (cursos de extensão e grupos de estudo/discussão, especificamente). Do início do projeto (2013) até o presente momento (1º semestre de 2017), o número de educadores quase que triplicou, saltando de 12 para 33. Quando se considera também aqueles com frequência mais irregular ou descontínua, a rede de profissionais do Núcleo mobiliza atualmente mais de quatro dezenas de profissionais da educação básica (o que explica o número de 43 matriculados no último curso de extensão, tal como relatado anteriormente).

Gráfico 2 – Número de profissionais da rede pública - gestores e professores – que participam do NAI-FEUSP (2013-2017). Fonte: elaboração dos autores a partir dos registros do NAI-FEUSP.



Num primeiro momento, a relação dos estudantes (2 licenciandos) com o Projeto se deu por meio de iniciação científica, com projetos de pesquisa-ação em escolas. A partir do primeiro semestre de 2016, a participação foi principalmente de estagiários curriculares: uma curva ascendente tanto quantitativa (conferir Gráfico 3, abaixo) como qualitativa, ou seja, no sentido de maior participação na vida da escola e de ação conjunta com os profissionais da rede. No âmbito do NAI-FEUSP, o estágio curricular, na maioria das vezes, assumiu a forma de contrapartida da universidade ou de extensão - ou sob a forma de pesquisas que subsidiaram ações da equipe gestora das escolas, ou sob a forma de intervenção/colaboração em projetos e atividades na escola.

Gráfico 3 – Número de licenciandos – da Pedagogia e demais Licenciaturas da USP – que participaram de atividades de extensão do NAI-FEUSP (2013-2017). Fonte: elaboração dos autores a partir dos registros do NAI-FEUSP.



Esse conjunto de dispositivos e atividades de extensão vêm impactando a vida institucional das escolas de diferentes maneiras, entre as quais destaca-se: 1. A cultura de realização de processos regulares de autoavaliação institucional a partir de metodologias como o PAVE ou Indique, ou por meio de procedimentos e indicadores próprios de cada escola; 2. O envolvimento dos diretores escolares com o trabalho pedagógico da escola e com a relação com a comunidade, superando as atribuições meramente administrativas e legalistas; 3. A revitalização de espaços de participação democrática da escola, a exemplo dos conselhos de classe participativos, conselhos de escola representativos e participação dos estudantes (grêmios, conselhos de representantes); 4. A reformulação de Projetos Políticos Pedagógicos; 5. A inclusão do território educativo na agenda de formação do horário coletivo dos professores, com potencial de incidir nas práticas curriculares; 6. O protagonismo da escola como instituição coformadora de futuros professores comprometidos com processos participativos de avaliação educacional.

No processo desenvolvido, algumas constatações merecem relevo. A primeira delas refere-se à formação docente, com destaque para a potência dos procedimentos que integram estagiários, profissionais da rede e pesquisadores acadêmicos em torno de objetivos pedagógicos comuns. Podemos afirmar, sem receio de equívocos, que a articulação dos estágios com cursos/atividades de extensão promovida pelo NAI-FEUSP qualifica a formação inicial e a formação continuada, mutuamente. Em segundo lugar, a certeza de que o processo formador exige tempo e persistência para produzir alterações nas práticas escolares. O mestre Antônio Cândido [18] já havia afirmado que a escola não pode ser um lugar para se passar correndo: professores, gestores, estagiários, pesquisadores... precisam de tempo para planejar, atuar, avaliar e transformar as instituições educativas. Em terceiro lugar, quando se pensa na efetividade da formação docente, sobreleva-se o papel da extensão na reorientação das práticas de ensino e pesquisa no âmbito da universidade. Em seu célebre livro *Extensão ou Comunicação*, Paulo Freire [19] afirma a importância da comunicação, isto é, do diálogo entre sujeitos. Sem dúvida, é na acepção freireana da extensão como comunicação entre sujeitos que esse papel fecundo pode se efetivar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoavaliação negociada anima-se pela contraposição epistemológica, política e pedagógica à abordagem das avaliações externas, ancorando-se em quatro marcos críticos fundamentais: 1. Orientação para o autoconhecimento institucional da escola; 2. Ênfase na mudança de processos internos da escola e não em resultados (eficácia e eficiência); 3. Visão holística e multirreferenciada da instituição escolar e de seu contexto; 4. Valorização do qualitativo e da perspectiva dos sujeitos na avaliação educacional. Os resultados e impactos do projeto de extensão universitária do NAI-FEUSP confirmam o acerto de uma política formativa que aposta na articulação entre futuros e atuais professores, bem como a relevância de certos dispositivos de extensão e formação docente da Universidade de São Paulo, a exemplo dos cursos

de extensão e dos recursos humanos (educadores e monitores) do Programa de Formação de Professores da USP.

REFERÊNCIAS

- [1] AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- [2] FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.
- [3] SAUL, A. M. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, 2015.
- [4] MENDES, G. S. C. V.; CAMELO, J.; ARELARO, L. R. G.; TERRASÊCA, M.; SORDI, M. R. L.; KRUPPA, S. M. P. Autoavaliação como estratégia de resistência à avaliação externa ranqueadora. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. especial, p. 1283-1298, 2015.
- [5] FREITAS, L. C. Qualidade negociada: avaliação e contrarregulação na escola pública. **Educação e Sociedade**, vol. 26, n. 92, p. 911-933, n. especial, 2005.
- [6] TERRASÊCA, Manuela. Avaliação externa – porquê e para quê? Reflectindo sobre a avaliação externa de escolas em Portugal. In: FREITAS, L. C. et al. (orgs.). **Avaliação e políticas públicas educacionais: ensaios contrarregulatórios em debate**. Campinas: Leitura Crítica, 2012. p. 133-156.
- [7] SORDI, M. R. L. Avaliação institucional participativa em escolas de ensino fundamental. In: XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, XXV, 2011, São Paulo. **Avaliação institucional participativa em escolas de ensino fundamental: limites e possibilidades de uma proposta**. São Paulo: [s.n.], 2011. p. 1-18.
- [8] SORDI, M. R. L. A avaliação da qualidade da escola pública: a titularidade dos atores no processo e as consequências do descarte de seus saberes. In: FREITAS, L. C. et al. (orgs.). **Avaliação e políticas públicas educacionais: ensaios contrarregulatórios em debate**. Campinas: Leitura Crítica, 2012. p. 157-170.
- [9] BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- [10] SORDI, M. R. L.. Entendendo as lógicas da avaliação institucional para dar sentido ao contexto interpretativo. In: BENIGNA, M. F. V. B. (org.). **Avaliação: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 2003. p. 65-82. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- [11] AZANHA, José Mário Pires. Documento Preliminar n.1. **Educação e Pesquisa**, v.30, n.2, p. 363-368, 2004. (Doc. nº1, SEE/SP, 1983).
- [12] SORDI, M. R. L. Razões práticas e razões políticas para defender processos de avaliação institucional nas escolas de ensino fundamental. In: SORDI, M. R. L de;

- SOUZA, E. S. (orgs.) **A Avaliação como instância mediadora da qualidade da escola pública: a Rede Municipal de Campinas com espaço de organização de aprendizagem: Secretaria de Educação de Campinas**. Campinas: Millenium, 2009. p. 3-12.
- [13] MACBEATH, J. et al. **A História de Serena: viajando rumo a uma escola melhor**. Porto, Portugal: ASA, 2008.
- [14] AÇÃO EDUCATIVA, UNICEF, PNUD, INEP-MEC (Coord.). **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- [15] SOUZA, E. S.; ANDRADE, M. R. S. A avaliação institucional na rede municipal de educação de Campinas: recuperação das marcas históricas. In: SORDI, M. R. L.; SOUZA, E. S. (orgs.) **A Avaliação como instância mediadora da qualidade da escola pública: a Rede Municipal de Campinas como espaço de organização de aprendizagem: Secretaria de Educação de Campinas**. Campinas: Millenium, 2009. p. 53-58.
- [16] AZANHA, José Mário Pires. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- [17] INSTITUTO LIDAS. **Tutorial CulturaEduca 2.0**, Instituto LIDAS, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/estagios/tutorial-culturaeduca-2.0.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- [18] CANDIDO, A. Professor, escola e associações docentes. **Pro-Posições**, v. 14, n. 2 (41), p. 209-2017, 2003.
- [19] FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SONIA MARIA PORTELLA KRUPPA docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP); coordenadora do Núcleo de Avaliação Institucional da FEUSP (NAI-FEUSP); foi Secretária Municipal de Educação de Santo André (1989-1990), Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1991-1992), integrante da equipe central da Secretaria Municipal de Educação de Diadema (1993-1996) e Secretária Municipal da Educação de Suzano (2010-2012) – municípios da região metropolitana da cidade de São Paulo – e-mail: skruppa@usp.br

LISETE REGINA GOMES ARELARO professora titular sênior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP); coordenadora do Núcleo de Avaliação Institucional da FEUSP (NAI-FEUSP); fez parte da equipe do Prof. Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989/92); foi Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer em Diadema/SP 1993/96 e 2001/02) e Diretora da Faculdade de Educação da USP (2010/2014). Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA) – e-mail: liselaro@usp.br

RENATO MELO RIBEIRO educador do Programa de Formação de Professores da FEUSP e colaborador do Núcleo de Avaliação Institucional (NAI-FEUSP) desde 2014. Mestrando em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Integrou o Conselho Universitário da USP como representante discente da Pós-Graduação (2015-2016). Foi professor da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo (2008-2014) – e-mail: renatoribeiro@usp.br

